

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.643.562 - MS (2019/0382372-4)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**AGRAVADO : ROBERSON LUIZ MOUREIRA**  
**ADVOGADO : JOSÉ VALERIANO DE S FONTOURA - MS006277**  
**INTERES. : MUNICÍPIO DE RIBAS DO RIO PARDO**  
**ADVOGADO : WALTER DE CASTRO NETO - MS013890**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - ATRASO NOS REPASSES DE PARCELAS REFERENTES A EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS EM FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS - CONDENAÇÃO COM FUNDAMENTO NO ART 10 X E ART 11 CAPUT I E II DA LEI N 8429/92 - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE DOLO OU CULPA GRAVE POR PARTE DO GESTOR PÚBLICO - SENTENÇA REFORMADA - RECURSO PROVIDO.

Alega violação dos arts. 10, X e 11, I e II, da Lei n. 8.429/92, no que concerne ao reconhecimento da comprovação das condutas ímprobas retratadas na inicial pelo então prefeito do Município de Ribas do Rio Pardo, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Infere-se dos autos que o Ministério Público Estadual aforou Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa em face ROBERSON LUIS MOUREIRA, objetivando o reconhecimento de ato de improbidade administrativa por ofensa ao caput e inciso X do art. 10, bem como ao caput e incisos I e II do art. 11, ambos da Lei nº 8.429/92, com a condenação nos termos do art. 12 e incisos da LIA, e, ainda, à condenação do requerido, ora apelante, a arcar com os juros, encargos financeiros, moratórios e afins, devidamente atualizados que o Município de Ribas do Rio Pardo pagou à Caixa Econômica Federal em razão do inadimplemento do apelante frente à administração municipal (fls. 386/387).

O voto condutor (366-371) alega inexistir provas acerca do propósito do agente de agir com desonestidade e má-fé (fls. 387).

Sucedendo que, ao decidir dessa forma, o acórdão proferido pela 4ª

Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul incorreu em ofensa aos artigos 10, inciso X, e 11, caput e incisos I e II, da Lei nº 8.429/90, tendo em vista que as condutas ímprobas retratadas na inicial encontram-se cabalmente delineadas nos autos em epígrafe (fls. 388).

De proêmio, insignes Ministros, cabe repisar que a pretensão aqui deduzida está restrita à REQUALIFICAÇÃO JURÍDICA QUE SE DEVA EMPRESTAR AOS FATOS DELINEADOS NO ACÓRDÃO RECORRIDO acerca do não repasse pelo apelante, então Prefeito do Município de Ribas do Rio Pardo, à Caixa Econômica Federal, na data aprazada, de parcelas relativas a empréstimos consignados em folha de pagamento dos servidores municipais, mostrando-se dispensável a incursão no conjunto fático-probatório (fls. 388).

Em síntese, apesar de reconhecer o fato que ensejou a propositura da ação civil pública em tela, o acórdão recorrido decidiu que houve mera irregularidade administrativa, por ausência do elemento subjetivo necessário para configuração de ato de improbidade administrativa (fls. 390).

Ab initio, sabe-se que a Lei 8.429/92 segmentou os atos de improbidade em três espécies, a saber: os atos que importem em enriquecimento ilícito, os atos que causam prejuízo ao erário e os atos que atentam contra os princípios da Administração Pública, os quais se encontram entabulados, respectivamente, nos artigos 9º, 10 e 11 da Lei de Improbidade Administrativa. Imperioso esclarecer que, não obstante algum ato ilegal seja praticado, é preciso verificar se houve culpa ou dolo, isto é, se houve um mínimo de má-fé que revele realmente a presença de um comportamento desonesto, haja vista que, em nosso sistema jurídico, a má-fé não se presume, sendo imprescindível a existência de prova inequívoca da sua ocorrência (fls. 390).

Ainda com relação ao elemento subjetivo, cumpre esclarecer que a jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de que basta o dolo genérico para a caracterização de ato de improbidade administrativa (fls. 391).

Destarte, restou comprovado o descumprimento do seu dever legal e o dolo genérico a caracterizar o ato de improbidade administrativa, pois o recorrido Roberson Luiz Moureira, de forma livre e consciente, não cumpriu com o seu dever de gestor público de efetuar os repasses das parcelas relativas aos empréstimos consignados em folha de pagamento dos servidores à Caixa Econômica Federal, gerando, dessa forma, transtornos aos servidores públicos que tiveram seus nomes negativados nos órgãos de proteção ao crédito, fato esse incontroverso nos autos (fls. 393).

Logo, doutos Ministros, o posicionamento adotado no decisum recorrido não merece prosperar, eis que, pelas razões acima deduzidas, contrariou o disposto nos artigos 10, inciso X, e 11, caput e incisos I e II, da Lei n.º 8.429/92, sendo incontestado o prejuízo ao erário, a violação ao princípio da moralidade e a presença do elemento subjetivo, impondo-se a reforma do acórdão combatido para aplicar a sanção correspondente ao recorrido em razão das condutas ímprobas praticadas (fls. 393).

Em relação à mesma tese recursal aponta, ainda, divergência jurisprudencial.  
É o relatório. Decido.

Na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

No caso, é incontroverso o não cumprimento da obrigação de repassar à Caixa Econômica Federal, até o 5º (quinto) dia útil contado da data de crédito do salário dos servidores, o total dos valores averbados. Contudo, não vislumbro razão para reconhecer a prática de atos de improbidade, seja por lesão ao erário, seja por violação dos princípios direcionadores das condutas da Administração Pública, uma vez não comprovada a intenção do agente público de, propositalmente, descumprir o convênio de consignação firmado com a instituição financeira.

Ademais, restou evidente que não houve apropriação ou desvio do dinheiro para outras finalidades, muito menos algum tipo de favorecimento pessoal ou obtenção de vantagem, tendo o atraso no repasse do empréstimo sido motivado pelas dificuldades financeiras enfrentadas à época pela municipalidade.

Ora, nítido está que o gestor, diante da queda na arrecadação, foi compelido a optar pela paralisação dos serviços essenciais ou pelo atraso no repasse dos empréstimos à Caixa. Assim, resta evidente que, concretamente, não houve retenção dos valores equivalentes às parcelas dos consignados, pois, a despeito da sua referência nos holerites, o Município não detinha, tempestivamente, essas quantias nos cofres públicos, daí o atraso.

Por outro lado, ainda que tenha havido atraso nos repasses, entendo que comprovada a sua posterior efetivação, o descumprimento da cláusula do convênio que estabelecia prazo certo para as transferências configura mera irregularidade do administrador, que, ao que se extrai dos autos, não mediu esforços para solucionar o problema. E, a este respeito, é cediço que a ineficiência do gestor ou as irregularidades por ele cometidas não configuram automaticamente atos de improbidade administrativa.

Desse modo, em que pese o não cumprimento a tempo e modo da obrigação assumida no Convênio de Consignação feito entre a Caixa Econômica Federal e o Município de Ribas do Rio Pardo, a conduta do administrador à frente do Poder Executivo Municipal não se subsume ao disposto nos arts. 10, X, e 11, caput, I e II, todos da Lei nº 8.429/92, haja vista a ausência de comprovação do elemento subjetivo necessário para a correta fundamentação da condenação do agente público por improbidade administrativa.

[...]

Logo, inexistindo provas cabais acerca do propósito do agente de agir com desonestidade e má-fé, deve ser reformada a sentença que julgou procedente o pedido formulado na presente ação civil pública por ato de improbidade administrativa (fls. 368/371).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que o reexame da premissa fixada pela Corte de origem quanto à existência ou não do elemento subjetivo (dolo ou culpa) apto a caracterizar a existência de ato de improbidade administrativa exigiria a incursão no acervo fático-probatório dos autos, o que não é possível em sede de recurso

especial.

Confirmam-se os seguintes julgados: EREsp 1.344.725/RJ, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Seção, DJe 1º/4/2019; REsp 1.755.958/MG, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 6/9/2019; AgInt no REsp 1.589.096/CE, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 11/6/2018; AgInt no AREsp 615.836/RS, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 23/4/2019; AgInt no REsp 1.633.382/AC, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 27/6/2018.

Quanto à alínea "c", na espécie, não foi comprovado o dissídio jurisprudencial, uma vez que inexistente a necessária similitude fática entre o acórdão recorrido e o(s) paradigma(s) indicado(s).

Nesse sentido, o STJ fixou que “o conhecimento da divergência jurisprudencial reclama a existência de similitude fático-jurídica entre o acórdão recorrido e os paradigmas submetidos a confronto” (EDcl no Resp n. 1.254.636/ES, relator Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, DJe de 23/4/2015).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AREsp n. 1.241.527/RS, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 26/3/2019; AgInt no AREsp n. 1.385.820/RS, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 2/4/2019; e AgRg no REsp n. 1.500.980/RS, relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe de 24/3/2015).

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente